



**AUDIÊNCIA  
 PÚBLICA**



## Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

3º Quadrimestre de 2006

Carlos Martins Marques de Santana  
**Secretário da Fazenda**

Salvador, 28 de fevereiro de 2007.

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

# Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

## 3º Quadrimestre de 2006

### 1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do exercício de 2006, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Estado da Bahia. Os números são originários dos Relatórios Bimestrais e Quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 27 e 28 de janeiro de 2007, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000.

### 2. RECEITAS

#### 2.1. Receitas Totais

Balço Orçamentário da Receita						Em mil Reais
Receitas	Previsão atualizada 2006	Arrecadado - Janeiro a Dezembro				
		2006	% Realiz.	2005	% Var.	
<b>Receitas Correntes</b>	<b>16.217.667</b>	<b>15.469.205</b>	<b>95,38</b>	<b>13.918.446</b>	<b>11,14</b>	
Receita Tributária	8.876.522	8.618.823	97,10	7.649.955	12,67	
Receita de Contribuições	1.819.288	1.821.759	100,14	1.499.138	21,52	
Receita Patrimonial	135.065	183.149	135,60	176.929	3,52	
Receita Agropecuária	1.635	24	1	21	12,96	
Receita Industrial	100	-	-	-	-	
Receita de Serviços	93.205	67.244	72,15	57.336	17,28	
Transferências Correntes	5.571.367	5.310.940	95,33	4.796.591	10,72	
Outras Receitas Correntes	1.137.546	843.297	74,13	955.881	(11,78)	
Conta Retificadora	(1.417.061)	(1.376.031)	97,10	(1.217.405)	13,03	
<b>Receitas de Capital</b>	<b>941.934</b>	<b>477.243</b>	<b>50,67</b>	<b>528.547</b>	<b>(9,71)</b>	
Operações de Crédito	698.573	385.865	55,24	253.844	52,01	
Alienação de Bens	43.539	15.021	34,50	245.447	(93,88)	
Amortização de Empréstimos	6.751	2.466	36,53	2.712	(9,08)	
Transferências de Capital	189.832	73.850	38,90	26.536	178,30	
Outras Receitas de Capital	3.240	43	1	8	434,95	
<b>Total</b>	<b>17.159.602</b>	<b>15.946.449</b>	<b>92,93</b>	<b>14.446.993</b>	<b>10,38</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As receitas arrecadadas em 2006, nestas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 15,9 bilhões. Com este montante, o Estado encerrou o exercício com uma

realização final de 92,93% da previsão atualizada, representando uma variação positiva de 10,38% relativamente ao ano anterior.

### 2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem dos recursos arrecadados pelo Estado através de impostos, taxas e transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados nesta categoria R\$ 15,5 bilhões, representando uma realização de 95,38% das receitas correntes previstas e uma variação positiva de 11,14% em relação ao ano de 2005.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, apresentaram crescimento de 12,67% em relação ao exercício anterior.

Receita Tributária					Em mil Reais
Receitas	Previsão atualizada 2006	Arrecadado - Janeiro a Dezembro			% Var.
		2006	% Realiz.	2005	
<b>Receita Tributária</b>	<b>8.876.522</b>	<b>8.618.823</b>	<b>97,10</b>	<b>7.649.955</b>	<b>12,67</b>
ICMS	8.111.106	7.691.673	94,83	6.877.127	11,84
IPVA	269.505	295.283	109,57	257.118	14,84
ITD	11.108	12.517	112,69	10.899	14,85
IRRF	230.997	356.673	154,41	272.117	31,07
Taxas	253.807	262.676	103,49	232.694	12,88

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 89,24% da receita tributária, apresentaram arrecadação de R\$ 7,7 bilhões no período. Este valor proporcionou um crescimento nominal de 11,84% em comparação com o ano anterior.

Destaca-se também o IPVA, cuja realização foi de 109,57% do valor previsto e variação de 14,84% relativamente ao ano de 2005.

Os demais tributos atingiram 127,42% da previsão atualizada, contribuindo para a formação da média de realização de 97,10%.

Outro item das Receitas Correntes que merece destaque são as Transferências Correntes.

Transferências Correntes					Em mil Reais
Receitas	Previsão atualizada 2006	Arrecadado - Janeiro a Dezembro			
		2006	% Realiz.	2005	% Var.
<b>Transferências Correntes</b>	<b>5.571.367</b>	<b>5.310.939</b>	<b>95,33</b>	<b>4.796.592</b>	<b>10,72</b>
FPE	3.225.896	3.282.033	101,74	2.814.825	16,60
IPI	172.843	172.436	99,76	147.606	16,82
Salário Educação	32.200	32.177	99,93	28.167	14,24
Compensação Lei Kandir	139.213	54.356	39,05	94.775	(42,65)
Auxílio Exportação	33.450	75.049	224,36	43.464	72,67
Royalties	217.465	231.436	106,42	205.358	12,70
Transferências FUNDEF	476.465	444.996	93,40	416.147	6,93
Transf. de Convênios	196.847	78.140	39,70	68.832	13,52
Outras Transferências	1.076.988	940.317	87,31	977.418	(3,80)
<i>CIDE</i>	<i>140.951</i>	<i>162.253</i>	<i>115,11</i>	<i>116.233</i>	<i>39,59</i>
<i>Transferências SUS</i>	<i>798.828</i>	<i>689.806</i>	<i>86,35</i>	<i>750.775</i>	<i>(8,12)</i>
<i>Outras</i>	<i>137.209</i>	<i>88.258</i>	<i>64,32</i>	<i>110.410</i>	<i>(20,06)</i>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Estas receitas apresentaram realização de 95,33%, totalizando o montante de R\$ 5,3 bilhões.

O Fundo de Participação dos Estados - FPE contribuiu com R\$ 3,3 bilhões, tendo seu percentual de realização atingido o patamar de 101,74%. Em relação ao ano de 2005, observamos crescimento nominal de 16,60%.

As Transferências de Convênios atingiram R\$ 78 milhões apresentando um acréscimo de 13,52% em relação ao exercício de 2005.

As "Outras Transferências", segundo grupo mais significativo das Transferências Correntes, alcançaram no exercício de 2006 o valor de R\$ 940 milhões e, referem-se, basicamente, às Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS, com R\$ 690 milhões, à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, com R\$ 162 milhões e às demais com R\$ 88 milhões. Estas receitas atingiram 87,31% de índice de realização.

### 2.1.2. Receitas de Capital

As Receitas de Capital, que em 2006 atingiram o valor de R\$ 477 milhões, contêm os ingressos referentes às Operações de Crédito (R\$ 386 milhões), Alienação de Bens (R\$ 15 milhões), Amortizações de Empréstimos (R\$ 2,47 milhões), Transferências de Capital (R\$ 74 milhões) e Outras Receitas de Capital (R\$ 43 mil).

Receitas de Capital					Em mil Reais
Receitas	Previsão atualizada 2006	Arrecadado - Janeiro a Dezembro			
		2006	% Realiz.	2005	% Var.
<b>Receitas de Capital</b>	<b>941.935</b>	<b>477.243</b>	<b>50,67</b>	<b>528.547</b>	<b>(9,71)</b>
Operações de Crédito	698.573	385.865	55,24	253.844	52,01
<i>Operações de Crédito Internas</i>	383.402	146.584	38,23	134.153	9,27
<i>Operações de Crédito Externas</i>	315.171	239.281	75,92	119.691	99,92
Alienação de Bens	43.539	15.021	34,50	245.447	(93,88)
Amortização de Empréstimos	6.751	2.466	36,53	2.712	(9,08)
Transferências de Capital	189.832	73.849	38,90	26.536	178,30
<i>Transferências de Convênios</i>	174.618	70.062	40,12	23.918	192,92
<i>Outras</i>	15.214	3.788	24,89	2.618	44,67
Outras Receitas de Capital	3.240	43	1,32	8	434,95

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Quanto ao ingresso de recursos através de Operações de Crédito, que proporcionaram uma receita de R\$ 386 milhões, o nível de realização apresentado (55,24%) deve-se principalmente às operações externas (com 75,92% de realização). Essas operações obtiveram um crescimento de 99,92% em relação ao ano anterior.

Nas Transferências de Capital, cuja realização em 2006 atingiu R\$ 74 milhões, observa-se um crescimento de 178,30% com relação a 2005, referente a recursos provenientes, principalmente, das "Transferências de Convênios", onde se verifica um acréscimo de 192,92% em relação ao ano anterior.

### 3. DESPESAS

#### 3.1. Despesas Totais

As despesas realizadas em 2006 totalizaram R\$ 15,9 bilhões, correspondentes a 92,39% do valor orçado.

Balço Orçamentário da Despesa						Em mil Reais
Despesas	Dotação atualizada 2006	Liquidado - Janeiro a Dezembro				
		2006	% Realiz.	2005	%	Var.
<b>Despesas Correntes</b>	<b>14.317.889</b>	<b>13.858.719</b>	<b>95,40</b>	<b>12.385.859</b>	<b>18,28</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	7.422.458	7.321.067	98,63	6.300.481	16,20	
Juros e Encargos da Dívida	604.856	594.463	98,28	598.150	(0,52)	
Outras Despesas Correntes	6.290.557	5.743.189	91,30	5.486.418	4,60	
Transf. Const. aos Municípios	2.384.036	2.287.268	96,75	2.090.197	8,43	
Outras Despesas Correntes	3.906.521	3.455.920	88,01	3.396.221	1,76	
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.841.679</b>	<b>2.194.869</b>	<b>77,24</b>	<b>1.963.884</b>	<b>11,81</b>	
Investimentos	1.677.796	1.046.320	62,36	1.009.579	3,64	
Inversões Financeiras	94.876	82.765	87,44	94.084	(12,01)	
Amortização da Dívida	1.069.207	1.065.784	99,68	869.421	24,01	
<b>Reservas de Contingência</b>	<b>54</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	
<b>Total das Despesas</b>	<b>17.159.602</b>	<b>15.853.588</b>	<b>92,38</b>	<b>14.348.143</b>	<b>18,48</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/CORAF

Quanto à composição das despesas por fonte de recursos, verifica-se que 74,68% destas foram custeadas por fontes próprias do tesouro e 16,37% com recursos próprios da administração indireta, evidenciando a autonomia do tesouro em relação aos gastos totais do Estado. As despesas financiadas com recursos provenientes de Operações de Crédito representaram 2,18%; aquelas financiadas por Convênios participam com 1,12% e as despesas financiadas com outros recursos vinculados participaram com 5,64% do total realizado no exercício.

Demonstrativo das Despesas por Fonte de Recursos					Em mil reais
Descrição	Previsão Atualizada 2006	Liquidado			
		2006	% Particip.	% Realização	
<b>Despesas Totais</b>	<b>17.159.602</b>	<b>15.853.588</b>	<b>100,00</b>	<b>92,39</b>	
Fontes Próprias do Tesouro	12.266.180	11.839.895	74,68	96,52	
Outras do Tesouro	1.023.312	894.734	5,64	87,44	
Operações de Crédito	698.573	345.888	2,18	49,51	
Convênios	343.949	177.074	1,12	51,48	
Convênios Adm. Direta	249.228	142.144	0,90	57,03	
Convênios Adm. Indireta	94.721	34.930	0,22	36,88	
Recursos da Adm. Indireta	2.827.588	2.595.997	16,37	91,81	

Fonte: SICOF Gerencial

### 3.1.1. Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. Em 2006 totalizaram R\$ 13,7 bilhões, representando uma realização de 95,40% do valor fixado para o exercício.

---

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 7,3 bilhões, correspondendo a 98,63% da previsão anual. Em relação ao exercício de 2005, verifica-se um crescimento de 16,20%. Nos três Poderes e no Ministério Público, os gastos com pessoal se comportaram dentro dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 594 milhões, correspondendo a 98,28% do estimado para o ano.

As Outras Despesas Correntes contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, com um total de R\$ 5,7 bilhões, correspondentes a 91,30% do fixado para o ano.

### **3.1.2. Despesas de Capital**

As Despesas de Capital apresentaram em 2006 uma variação nominal de 11,81% em relação a 2005, atingindo o montante de R\$ 2,2 bilhões, correspondendo 77,24% do orçado anual.

Essa categoria é representada pela Amortização da Dívida com valor de R\$ 1,1 bilhão, seguida dos Investimentos e Inversões Financeiras com R\$ 1,0 bilhão e R\$ 83 milhões respectivamente.

#### 4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Observa-se que as receitas foram arrecadadas num montante equivalente a 92,93% do total previsto para o ano de 2006, e que as despesas foram realizadas num percentual de 92,39%.

Quadro Comparativo das Receitas e Despesas					Em mil Reais
Especificação	Receitas Arrecadadas		Despesas Liquidadas		
	2006	Realiz. %	2006	Realiz. %	
Correntes	15.469.205	95,38	13.658.719	95,40	
Capital	477.243	50,67	2.194.869	77,24	
<b>TOTAL</b>	<b>15.946.449</b>	<b>92,93</b>	<b>15.853.588</b>	<b>92,39</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Quanto ao Resultado Corrente, o Estado encerrou o período superavitário em R\$ 1,8 bilhão, fruto de uma Receita Corrente de R\$ 15,5 bilhões, para uma Despesa Corrente de R\$ 13,7 bilhões. O Superávit Corrente indica o excedente apurado no financiamento das Despesas Correntes, destinado a cobertura de parte das Despesas de Capital, que totalizaram R\$ 2,2 bilhões.

Demonstrativo do Resultado Orçamentário				Em mil reais
Especificações	Janeiro a Dezembro			
	2006	2005	Var. %	
Receitas Correntes	15.469.205	13.918.446	11,14	
( - ) Despesas Correntes	(13.658.719)	(12.385.059)	10,28	
<b>Superávit Corrente</b>	<b>1.810.486</b>	<b>1.533.387</b>	<b>18,07</b>	
( + ) Receitas de Capital	477.243	528.547	(9,71)	
( - ) Despesas de Capital	(2.194.869)	(1.963.084)	11,81	
<b>Superávit Orçamentário</b>	<b>92.861</b>	<b>98.850</b>	<b>(6,06)</b>	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

#### 5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, sempre se apresentam como o item mais significativo no conjunto das despesas. Essas despesas se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida do exercício de 2006, dentro dos limites legais, em cada um dos Poderes e também no Ministério Público.



<b>Despesa de Pessoal x Receita Corrente Líquida</b>				Últimos 12 meses
<b>Poder</b>	<b>Valor (1)</b>	<b>Percentual Realizado</b>	<b>Limite prudencial</b>	<b>Limite máximo</b>
Executivo	4.808.770	42,33	46,17	48,60
Legislativo	258.662	2,28	3,23	3,40
Assembléia	133.232	1,17	1,83	1,93
TCE	77.791	0,68	0,86	0,90
TCM	47.639	0,42	0,54	0,57
Judiciário	636.384	5,60	5,70	6,00
Ministério Público	201.836	1,78	1,90	2,00
<b>Total</b>	<b>5.905.652</b>	<b>51,99</b>	<b>57,00</b>	<b>60,00</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF RCL em 31/12/2006 = R\$ 11.360.178 mil

## 6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram em 2006, o montante de R\$ 2,8 bilhões, correspondendo a 28,96% da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências. Verifica-se, portanto, que o Estado da Bahia tem aplicado acima do percentual mínimo de 25% estabelecido no Art. 212 da Constituição Federal:

<b>Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</b>				Em mil reais
Descrição	Realizado - Jan a Dez		Limite Constitucional	
	2006	2005		
Receita Líquida de Impostos	9.694.826	8.531.091		
Total da Despesa Considerada para fins de Limite	2.807.672	2.597.242		
% Aplicado na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	28,96%	30,44%	25%	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

## 7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram no ano de 2006 o montante de R\$ 1,2 bilhão, o que corresponde a 12,17% da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências, ultrapassando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29.

<b>Despesas Próprias com Saúde</b>				Em mil reais
Descrição	Realizado 3º Quadrimestre		Limite Constitucional	
	2006	2005		
Receita Líquida de Impostos	9.694.826	8.531.091		
Total das Despesas Próprias com Saúde	1.179.483	1.036.372		
% Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde	12,17%	12,15%	12%	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

## 8. RESTOS A PAGAR

Demonstrativo dos Restos a Pagar			Em mil reais
Órgão	Não Processados	SICOF/ Processados	Total
<b>Poder Executivo</b>	<b>3.485</b>	<b>293.405</b>	<b>296.890</b>
Administração Direta	3.338	125.724	129.062
Administração Indireta	147	167.681	167.828
<b>Poder Judiciário</b>	<b>3.854</b>	<b>6</b>	<b>3.860</b>
Administração Direta	-	-	-
Administração Indireta	3.854	6	3.860
<b>Poder Legislativo</b>	<b>1.216</b>	<b>18.750</b>	<b>19.966</b>
Administração Direta	1.216	18.738	19.954
Administração Indireta	0	12	12
<b>Ministério Público</b>	<b>259</b>	<b>-</b>	<b>259</b>
<b>Defensoria Pública</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
<b>Total</b>	<b>8.814</b>	<b>312.176</b>	<b>320.990</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF e Diário Oficial da Bahia

Os Restos a Pagar apurados ao final do exercício totalizaram R\$ 321 milhões, dos quais R\$ 297 milhões foram inscritos pelo Poder Executivo e R\$ 24 milhões pelos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

## 9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Estado para, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal e transferências a municípios), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender o serviço da dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de operações de crédito e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida.

Demonstrativo do Resultado Primário		Em mil reais	
Descrição	Realizado		
	Janeiro a Dezembro		
	2006	2005	
1 Receitas Fiscais Correntes	15.312.326	13.760.196	
2 Receitas Fiscais de Capital	73.893	26.544	
<b>3 Receitas Fiscais ( 1 + 2 )</b>	<b>15.386.219</b>	<b>13.786.740</b>	
4 Despesas Fiscais Correntes	13.064.256	11.786.909	
5 Despesas Fiscais de Capital	1.129.105	1.103.663	
<b>6 Despesas Fiscais (4+5)</b>	<b>14.193.361</b>	<b>12.890.572</b>	
<b>Resultado Primário ( 3-6 )</b>	<b>1.192.858</b>	<b>896.168</b>	

Meta do Resultado Primário para o ano de 2006 = R\$ 954.482 mil

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O Resultado Primário de 2006 foi de R\$ 1,19 bilhão, contra uma estimativa orçamentária de R\$ 954 milhões, ficando, assim, superada a meta estabelecida para o exercício.

## 10. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final de 2006, a dívida consolidada apresentou saldo de R\$ 12,2 bilhões sendo R\$ 10,3 bilhões originários da dívida interna e R\$ 1,9 bilhão da dívida externa.

Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final de 2005, verifica-se que houve decréscimo da ordem de 2,37%.

Dívida Consolidada			Em mil reais
Tipo	3º Quadrimestre		% Variação
	2006	2005	
Interna	10.314.524	10.649.386	(3,14)
Externa	1.882.913	1.843.688	2,13
<b>Total</b>	<b>12.197.437</b>	<b>12.493.074</b>	<b>(2,37)</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB

**OBS:** Não inclui Bird Embasa, por não ser Estatal Dependente.

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 1,02 em 2006. Essa relação não ultrapassou o limite fixado pelo Senado Federal de 2 vezes a RCL, ficando evidenciada, também, a redução do índice quando comparado aquele obtido ao final do exercício de 2005:

Dívida Consolidada Líquida / RCL			Em mil reais
Tipo	DCL	RCL	DCL / RCL
Exercício 2005	12.048.374	10.329.111	1,17
Exercício 2006	11.616.488	11.360.178	1,02

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Com relação ao exercício anterior houve redução de R\$ 432 milhões, cerca de 3,58%. Tal fato apresenta-se positivo para o Estado, na medida em que demonstra o cumprimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal.

<b>Demonstrativo do Resultado Nominal</b>			Em mil reais
Especificação	Saldo		Resultado Nominal 3º Quadr. 2006 (A-B)
	31/12/2005 (A)	31/12/2006 (B)	
<b>I - Dívida Consolidada</b>	<b>12.493.074</b>	<b>12.197.437</b>	
(-) Ativo Disponível	(755.065)	(614.849)	
(-) Haveres Financeiros	(103.174)	(278.275)	
(+) Restos a Pagar Processados	413.539	312.175	
<b>II - Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>12.048.374</b>	<b>11.616.488</b>	
III - Receita de Privatizações	-	-	
IV - Passivos Reconhecidos	-	-	
<b>IV - DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (II+III+IV)</b>	<b>12.048.374</b>	<b>11.616.488</b>	<b>431.886</b>

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DICOP

## 11. CONCLUSÃO

Ao final do exercício de 2006, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$ 1,19 bilhão. A Receita Total realizada no valor de R\$ 15,95 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 15,85 bilhões resultaram em um Superávit Orçamentário de R\$ 93 milhões.

Foram aplicados recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino em valor correspondente a 28,96% da Receita Líquida de Impostos e Transferências; e em Ações e Serviços de Saúde, valor correspondente a 12,17%.

O Resultado Nominal demonstrou redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 432 milhões. A relação da Dívida Consolidada Líquida com a Receita Corrente Líquida também apresentou redução, encerrando o exercício em 1,02.

Os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais.

Salvador, 28 de fevereiro de 2007.

Observação: A Audiência Pública referente ao 3º quadrimestre de 2006 realizou-se no dia 13 de março de 2007, decorrente de acordo do Legislativo.

## **GLOSSÁRIO**

### **Amortização da Dívida**

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

### **Conta Retificadora da Receita Orçamentária**

Conta contábil instituída pela Portaria nº 328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 15% da receita orçamentária destinada a aporte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

### **Despesas Correntes**

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

### **Despesas de Capital**

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

### **Despesas Fiscais**

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

### **Despesa Total com Pessoal**

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.(Art. 18 da LC nº 101/00).

### **Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites**

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

### **Dívida Consolidada ou Fundada**

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

### **Dívida Consolidada Líquida**

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescido dos Restos a Pagar Processados e do serviço da dívida a pagar.

### **Fonte de Recursos**

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição.

### **Inversões Financeiras**

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

### **Investimentos**

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

### **Metas Fiscais**

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.

### **Receitas Correntes**

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

### **Receita Corrente Líquida**

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional, a contribuição dos segurados e a cota patronal para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

### **Receitas de Capital**

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

### **Receita Líquida de Impostos**

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

### **Receita Orçamentária**

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita arrecadada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

### **Receita Própria**

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta e indireta, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

### **Receitas Fiscais**

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

### **Restos a Pagar**

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

### **Resultado Nominal**

É a variação da dívida fiscal líquida.

### **Resultado Primário**

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

### **SICOF**

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

### **Superávit Orçamentário**

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita arrecadada.